

**PRECISA-SE DE
PROFESSORES PARA A
TERRA DE NINGUÉM**

**NO-MAN'S-LAND NEEDS
TEACHERS**

**SE NECESITAN PROFESORES
PARA LA TIERRA DE NADIE**

**Kyldes Batista Vicente¹
Fábio d'Abadia de Sousa^{2, 3}**

RESUMO

O mundo da Internet não pode mais continuar sendo a *Terra de Ninguém*. É preciso que nós, professores, deixemos, de uma vez por todas, todo e qualquer temor em relação ao mundo tecnológico que nos rodeia e que ocupemos o lugar que nele está destinado a nós: o de orientadores desta transição do mundo real para o virtual. Acreditamos que o papel do professor não é falar de tecnologia, mas de humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia; educação; professor.

ABSTRACT

The world of the Internet cannot continue being treated as *The no man's land*. It's urgent that we, teachers, put aside, once and for all, any fear of facing the

¹ Licenciada em Letras, Mestre em Letras e Linguística, Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professora na Universidade do Tocantins. E-mail: kyldesv@gmail.com.

² Graduação em Jornalismo, Mestre e Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal do Goiás. É professor do curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFT. E-mail: dabadia@uft.edu.br.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade do Tocantins. Q. 108 Sul Alameda 11, s/n - Centro, Palmas - TO, 77020-122, Brasil.

technological world that surrounds us and that we occupy the place that is designed for us: the guider of the transition from the real world to the virtual one. We believe that the role of the teacher is not to talk about technology but about humanity.

KEYWORDS: Technology; education; teacher.

RESUMEN

Internet no puede seguir siendo la Tierra de Nadie. Es necesario que los profesores no tengamos miedo al mundo tecnológico que nos rodea y que cumplamos la tarea de orientadores de la transición de lo real para lo virtual. Creemos que al profesor no le cabe hablar de tecnología, sino de humanidad.

PALABRAS-CLAVE: Tecnología; educación; profesor.

Recebido em: 15.04.2017. Aceito em: 15.07.2017. Publicado em: 01.08.2017.

Introdução

Pretendemos, neste texto, fazer uma reflexão ou talvez até uma conclamação aos professores, principalmente os mais receosos quanto ao uso de recursos tecnológicos, para que deixemos de lado todo e qualquer medo em relação às novas tecnologias da informação e da Internet, e que ocupemos o nosso lugar nesta nova era que, quer queiramos ou não, já está nos engolindo de maneira inexorável. Não é possível mais retornar. Estamos em uma situação que vai além de seguir o mais maquiavélico dos preceitos: de juntar-se ao inimigo se não puder vencê-lo. Trata-se de ocupar um lugar que já está, por direito, reservado única e exclusivamente a nós. E enquanto não o ocuparmos, ele continuará vazio. E nossos alunos continuarão desamparados e aprendendo a lidar com o mundo da virtualidade quase sem nenhuma orientação.

Para conduzir a discussão, passaremos das noções de linguagem dialógica e linguagem como processo de interação, passando pela de repertório até o aluno virtual.

A tecnologia

Não é preciso muito para que ocupemos o nosso lugar. Não é necessário dominar a última tecnologia – que incrivelmente já nasce defasada – dos *smartphones* e *tablets* recém-lançados pelas grandes multinacionais fabricantes aparelhos para acesso à Internet. Assim como o personagem da canção *Romaria*, de Renato Teixeira, que - por não saber rezar - apenas mostra o seu olhar. Tudo que precisamos é nós mostrarmos como somos em nossa essência: apenas humanos. Gente que gosta de gente e que precisa do outro para testemunhar a nossa existência. É exatamente isso o que fazem os nossos alunos: sempre conectados a alguém que eles acreditam estarem

testemunhando suas vidas. E o nosso papel é exatamente alertá-los para os possíveis excessos e perigos que se escondem no mundo virtual.

Não há nenhum segredo em ensinar a ser humano no mundo virtual. Basta ensinarmos como é ser humano no mundo real. Se estivéssemos fazendo isso já há algum tempo, é possível que tivéssemos incorporado alguns valores de ética, cortesia e etiqueta que são essenciais para a convivência civilizada no mundo real. Uma prova de que esses valores civilizatórios ainda não chegaram à Internet é maneira incrivelmente grosseira com que geralmente as pessoas se tratam quando têm opiniões diferentes sobre determinado assunto. Os xingamentos com palavras de baixíssimo calão com que um se refere ao outro provam que a discordância no mundo virtual ativa o mais selvagem dos nossos lados: o desejo de aniquilar o diferente. A tolerância e o respeito às diferenças precisam, com urgência, fazer parte da Internet. E é aí, principalmente, que nós, professores, entramos.

O estudante precisa saber, por exemplo, que ofensas proferidas na internet têm consequências e que não existe anonimato na rede mundial de computadores. A polícia da maioria dos estados brasileiros já tem delegacias com profissionais qualificados para localizar pessoas que ofendem as outras *online*. É exemplar o caso ocorrido no ano 2016, quando policiais conseguiram localizar e processar pessoas que cometeram ofensas raciais contra a jornalista Maria Júlia Coutinho - a Majú, do *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Foi um choque para todos que se indignaram com o caso saber que os responsáveis pelos atos de racismo eram apenas adolescentes na faixa dos 14 anos. Talvez esses jovens não tivessem cometido o referido crime se tivessem sido orientados a respeito das consequências dos seus atos. A família desses jovens falhou com eles, mas é provável que a escola também tenha falhado.

Hoje não é mais possível abrir mão das novas tecnologias para incrementar e tornar nossas aulas mais interessantes, dinâmicas, democráticas e mais fundamentadas. O acesso, tanto do professor quanto do aluno, aos melhores conteúdos, é algo realmente revolucionário. Este fato, que tira do docente o monopólio do acesso ao conteúdo e, em fim, ao **conhecimento**, deve ser celebrado, pois cria, teoricamente (principalmente no ensino superior), a possibilidade de alunos mais bem preparados e aptos para os mais acalourados debates que a rotina universitária exige.

As inovações tecnológicas, no entanto, são tão avassaladoras que, nos primeiros momentos, torna-se impossível acessar a maioria delas. Torna-se tarefa primordial para o docente a seleção criteriosa do material a ser utilizado na aula. O professor tem que ficar atento para não se perder naquilo que Morin (2001, p.16) chama de expansão descontrolada do saber, ou seja, a quantidade enorme de informações que surgem diariamente. “O crescimento ininterrupto dos conhecimentos constrói uma gigantesca torre de Babel, que murmura linguagens discordantes. A torre nos domina porque não podemos dominar nossos conhecimentos”.

A partir desta reflexão, Morin (2001) explica que um dos mais graves problemas do ensino, na sua visão, é a compartimentação dos saberes e a nossa incapacidade de articulá-los uns com os outros, pois, na visão deste autor, os conhecimentos fragmentados são úteis apenas para os usos técnicos.

Não conseguem conjugar-se para alimentar um pensamento capaz de considerar a situação humana no âmago da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época. Não conseguimos integrar nossos conhecimentos para a condução de nossas vidas (MORIN, 2001, p. 17).

Este alerta de Morin serve para que possamos refletir para o fato de que a escola parece também perceber o aluno de maneira fragmentada, tal como o médico especialista, que geralmente percebe apenas partes de um paciente e que, ao desconsiderá-lo em sua totalidade, tem menos chances orientar o tratamento correto. O resultado disso é, entre outros fatores, é aquilo que Freire (1987, p. 59), chama de educação bancária aquela em a única margem de ação que se oferece ao educando é a de “receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los”. Assim, o saber é tratado como uma doação dos que se “julgam sábios aos que se julgam nada saber”.

A educação

Entender que as novas tecnologias são fundamentais para os jovens hoje é, entre muitas outras possibilidades, um exercício de enxergar o aluno em sua totalidade. Assim como não é possível mais agir como os únicos detentores do saber - até porque muitas das vezes os nossos alunos têm acesso ao mesmo material que pesquisamos para o preparo de nossas aulas – também não é mais admissível ignorarmos a quase simbiose de nossos estudantes com seus *smartphones*.

Com a adesão maciça dos estudantes às redes sociais e com o tempo cada vez maior que eles passam conectados à Internet, é espantoso que ainda haja escolas que não tenham criado disciplinas em seus currículos que **orientem** para o uso seguro e ético na rede. É óbvio que junto com as mensagens instantâneas são transmitidos também uma série de valores culturais que não devem ser aceitos sem questionamentos. Nós, professores, fazemos diferença na vida dos nossos alunos exatamente quando fazemos abertamente esses questionamentos. As fotografias de cunho pessoal

distribuídas via rede social, por exemplo, reproduzem praticamente os mesmos padrões de beleza cultuados pela grande mídia, como o racismo, a intolerância religiosa, o culto à magreza, a sensualidade precoce e o tratamento da mulher como objeto. Vamos deixar as coisas continuarem assim?

Conforme explica Arendt (2001, p 239), o educador está em relação ao jovem como um representante de um mundo pelo qual ele – o jovem – deve assumir a responsabilidade, “embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é”. E, na educação, conforme acrescenta a filósofa, essa responsabilidade pelo mundo é assumida na forma da autoridade – não autoritarismo - do professor. Uma autoridade que, segundo ressalta a pensadora, também não é a mesma coisa que qualificação:

Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo (ARENDR, 2001, p.239).

Mas será que estamos – não só nós professores, mas os adultos de uma forma geral – assumindo responsabilidade pelo mundo? E como assumir responsabilidade por este mundo que, em termos de tecnologias, se renova tão abruptamente o tempo todo e que, com frequência mais do que nos dar respostas nos deixa mais atordoados e confusos? Mesmo que não se refira à Era da Tecnologia de Informação especificamente, já que sua obra é mais de meio século mais velha, Arendt (2001, p. 245, 246) consegue sugerir alguma resposta quando afirma que:

[...] o problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da

tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição.

A consequência do fato de a educação não poder abrir mão nem da autoridade nem da tradição, conforme a visão de Arendt (2001, p. 246), seria a compreensão bem clara de que a “função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver”.

Diante do dilema que nós educadores vivemos hoje sobre como agir neste mundo bipartido em real e virtual, o pensamento de Arendt torna-se essencial como orientação rumo ao caminho que devemos seguir:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de sua mãos a oportunidade de alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 2001, p.239).

O que as novas gerações buscam no mundo virtual talvez seja exatamente essa tentativa possível a eles de renovar o mundo comum. Por isso, talvez, o mundo virtual não deve nos assustar tanto. A ânsia de nossos jovens por ele talvez esteja no fato de que ele é mais onírico e, assim como na perfeição das fotos de celebridades cuidadosamente tratadas pelo *photoshop*, ele se apresenta mais agradável para se ver e até para se viver. No mundo virtual pode-se excluir tudo que não é absolutamente perfeito. Mas como na vida real a imperfeição parece ser a regra, uma ponte precisa ser construída entre estes dois mundos para que, entre outras coisas, os estranhamentos diminuam. Nós, professores, podemos ser a ponte.

Temos que reconhecer que nossas escolas têm avançado na adoção de inúmeras políticas de combate ao *bullying*, mas parece que poucas instituições de ensino, no entanto, tem se preocupado com o chamado *ciberbullying* que, às vezes, tem consequências bem mais nefastas para as vítimas. As ofensas proferidas via aplicativos de redes sociais se multiplicam a cada dia. Tem crescido também a postagem de vídeos que mostram as pessoas em situações de intimidade. Nestes casos, por exemplo, as mulheres são as principais vítimas dos “vazamentos” intencionais. Os transtornos e traumas gerados nas pessoas atingidas têm provocado até casos de suicídios.

É preciso que nossos jovens tenham, pelo menos, algumas noções, sobre o quanto a Internet pode ser nefasta e destrutiva de reputações. Parece que quanto mais adentramos o mundo virtual menos capacidade temos tido para perceber as consequências de nossos atos na vida real. Será que estamos nos tornando uma sociedade mais indiferente e cruel? O excesso de horas passadas na Internet parece que nos deixa menos sensíveis diante da dor do outro.

É necessário, outros ensinamentos sobre o mundo real, que enfatizemos para os nossos alunos que ter colegas e amigos fora da Internet é prazeroso também. Conversar com pessoas de carne e osso pode ser muito agradável também. Um exemplo interessante desta supervalorização da pessoa virtual em detrimento da real ocorre num dos maiores eventos brasileiros de tecnologia, realizado anualmente na cidade de São Paulo: a *Campus Party*. Os jovens universitários - depois de um dia inteiro de peregrinação a *stands* de empresas de tecnologias - entram, à noite, cada um, para sua barraca, onde passam a madrugada conversando – via *gadgets* - com várias pessoas ao mesmo tempo. Às vezes, o interlocutor está exatamente na barraca ao lado.

Por mais tecnologia que venha a surgir e por mais virtuais que tornem as nossas relações ainda somos seres sociais, e o contato face a face com o outro ainda é essencial para nós. Nenhuma tecnologia pode substituir a experiência do olho no olho, do toque do outro, do aperto de mão, do abraço, do beijo ou simplesmente do som de uma voz que soe próxima aos nossos ouvidos. Mais do que nunca a pedagogia da presença parece mais necessária. O professor tem hoje esta importante missão: orientar para a presença e para a importância das relações reais.

Conforme teoriza Castells (2003, p. 167), vivemos a era *cultura da virtualidade real*. O aparente paradoxo desta afirmação se dissipa quando o autor explica que se trata de uma cultura virtual, sim, porque é construída basicamente através de processos de comunicação virtuais, eletronicamente baseados, mas que também é real, porque não é imaginária:

É real (...) porque é nossa realidade fundamental, a base material sobre a qual vivemos nossa existência, construímos nossos sistemas de representação, exercemos nosso trabalho, vinculamo-nos a outras pessoas, obtemos informação, formamos nossas opiniões, atuamos na política e acalentamos nossos sonhos. Essa virtualidade é nossa realidade. É isso que caracteriza a cultura da Era da Informação: é principalmente através da virtualidade que processamos nossa criação de significado (CASTELLS, 2003, p. 167).

Já que a virtualidade faz parte da nossa realidade, não é possível mais ignorá-la. E a escola, principalmente, precisa dar a sua contribuição para que a entrada neste mundo novo seja menos traumática. Mesmo que não sejamos *experts* em novas tecnologias, somos em educação.

Por isso, nós, docentes, podemos fazer diferença, sim, na vida de nossos alunos. Por que não começarmos alertando-os sobre os perigos do excesso de exposição nas redes sociais. As escolas – em todos os níveis – não podem continuar omissas. Tem se tornado frequente nos últimos tempos, por

exemplos, os casos de adolescentes que, para chamarem a atenção de seus colegas virtuais, se enforcam, com as próprias mãos até o ponto de perderem a consciência. Tudo isso em frente às câmeras de seus telefones móveis. Muitos até morrem. São incontáveis também os casos de pessoas viciadas na vida *online* e que não desligam o celular nem para dormir. Se observarmos este tipo de comportamento exagerado, podemos, pelo menos, conversar com o aluno para que ele reflita sobre o que está acontecendo e, último caso, alertar os pais para que providencie um tratamento psicológico.

Das profundezas da Internet surgem os mais diversos criminosos que podem cooptar crianças e adolescentes e até adultos para suas práticas hediondas. Nossos alunos correm riscos diariamente de serem fisgados por pedófilos e outros seres inescrupulosos que se sentem à vontade para agir na vastidão do mundo virtual.

Até mesmo sobre a moda narcisista dos *selfies*, os professores precisam se fazerem ouvidos. Para “alimentarem” suas páginas nas redes sociais, pessoas de todas as idades têm se colocado em situações de enorme perigo apenas para mostrar um autorretrato em que aparecem em uma situação única e insólita. Frequentemente, a mídia divulga casos de pessoas que, apenas para chamar a atenção, acabam colocando suas vidas em risco.

Quando Andy Warhol previu, lá nos anos 70 do século passado, que no futuro todos seriam famosos por 15 minutos, ele não poderia ter sido tão profético. Atualmente, na ânsia de tornarem celebridades instantâneas, nossos jovens apelam para as mais absurdas situações que possam tirá-los do anonimato. Vale até mesmo espancar e humilhar colegas apenas para “postar” o vídeo na Internet e depois comemorar o número de acessos. Geralmente,

esses “espetáculos” ocorrem dentro ou nas imediações de alguma instituição de ensino. Será que a escola pode continuar omissa nestas situações?

Em sala de aula

O dia a dia numa sala de aula em tempos de redes sociais tem se tornado a cada vez mais desafiador. O professor tem vários concorrentes pela a atenção dos alunos. Um dos grandes dilemas é em relação uso do celular. Deve-se ou não proibi-lo? Se houver uma vedação ao aluno, será que ela também deve ser aplicada ao professor? Não é tão incomum também docentes interromperem suas aulas para falar ou mandar mensagens escritas em seus *smartphones*. Com podem surgir situações de emergência tanto em relação a algum aluno quanto ao professor, o bom senso indica que o aparelho não deve ser simplesmente vedado a ninguém, mas deve ser usado com cautela e dentro de regras preestabelecidas, para que não se torne motivo de dispersão.

No ensino superior, atualmente, os celulares conectados à internet tem sido de grande importância para que alunos façam pesquisas complementares ao que o professor está discutindo. Os estudantes consultam dicionários *online* ou buscam alguma informação a mais sobre o que está sendo tratado na aula. Nós, professores, não devemos de, de maneira alguma, desestimular os alunos nestas situações de pesquisa, pois elas geralmente acabam por enriquecer a aula.

Engana-se quem pensa que os alunos usam seus celulares apenas para alimentar conversas fúteis nas redes sociais. Os estudantes geralmente nos surpreendem positivamente, como aconteceu numa situação de uma aula da disciplina Fotojornalismo, na Universidade Federal do Tocantins, no primeiro semestre de 2015. Enquanto o conteúdo estava sendo debatido, um aluno

específico parecia completamente alheio ao que estava acontecendo, o que chamou a atenção do professor. Ao ser abordado, aluno provou que não só estava atento às discussões em curso, mas que tinha acrescentado mais quatro pessoas *online* no debate.

Mais do que nunca, o que acontece numa sala de aula não fica mais só lá. Com a chegada das novas tecnologias de informação, para o bem ou para o mal, os tentáculos da rede mundial já estão, também, dentro de nossas salas de aula. Assim, cada palavra ou gesto pode estar sendo gravado, para, minutos mais tarde, estar sendo veiculado na Internet.

Conforme preconizava Zabalza (2004, p. 172), há mais de uma década, não existe uma só análise prospectiva sobre o ensino universitário ou sobre a atividade docente que não mencione o novo cenário tecnológico que atravessamos, caracterizado pela presença de novos recursos técnicos que facilitarão o armazenamento e a gestão da informação. Para este autor, no entanto, a presença de novas tecnologias não é a principal mudança que se observa no horizonte:

O mais importante, sem dúvida, será o fato de que junto aos novos recursos, surgirão e terão expansão novas (a novidade apenas é relativa, pois algumas universidades, há anos, estão envolvidas nela) modalidades de formação que trazem consigo outras condições para o ensino e para a aprendizagem: ensino a distância ou semipresencial, modelos diferentes de autoaprendizagem baseados em planejamentos instrutivos em diversos suportes, formação através da internet, etc (ZABALZA, 2004, p. 173).

O uso indevido das novas tecnologias, segundo nos alertava Zabalza (2004, p.173), poderia resultar naquilo que estamos vendo com frequência hoje, ou seja, em vez de usarmos os novos meios para enriquecer os processos de aprendizagem estamos apenas fazendo "a mesma coisa que se fazia antes com meios mais sofisticados".

Os críticos dos métodos de aprendizagem contemporâneos têm enfatizado, com certa frequência, a defasagem, em todos os níveis de ensino, quanto ao uso de novas tecnologias em sala de aula. E a responsabilidade por este “fracasso”, geralmente, é atribuída aos professores. Mas será que é justo que nós, docentes, carreguemos mais esta culpa? Para muitos dos desavisados, ensino de qualidade é aquele em que alunos e professores estariam o tempo todo de duração da aula conectados à Internet com seus *tablets*, *notebooks* e *smartphones* de última geração. Será?

Há tantos equívocos quanto ao que seria uma educação e um ensino de qualidades na atualidade, que é preciso que nós, professores, marquemos posição quanto ao uso dos recursos tecnológicos em sala de aula. É claro que a maioria de nós está atenta ao avanço das tecnologias da informação em todas as áreas da sociedade atual e que, de alguma forma, temos de nos apropriar delas também para melhorar as nossas aulas. É inegável que um mundo novo se anuncia no horizonte. Mas a adesão a ele deve ser feita com base em alguns critérios. Não basta criarmos um grupo nas redes sociais e começarmos a dar as aulas via *whatsapp* e *facebook*, como já ocorre em algumas disciplinas ministradas em alguns cursos universitários. Será que ser um professor “descolado” é apenas tornar telepresenciais aulas que deveriam, a princípio, serem presenciais? Se este fosse o caso, bastaria que fechássemos todas as instituições de ensino e passemos a ministrar apenas cursos via Internet.

No ensino superior, por exemplo, tem acontecido, a cada dia com mais frequência, situações em que professores criam grupos em redes sociais para, aparentemente, aproximarem-se dos alunos. Ao fazer isso, no entanto, o professor é defrontado com grandes desafios, pois o uso de tecnologias na sala de aula tem uma série de implicações. Para começar, a linguagem utilizada

nesses aplicativos geralmente é bastante diferente da norma culta. É uma linguagem que, apesar de escrita, possui todos os elementos da oralidade. Será que é adequado para a relação professor-aluno que a linguagem que os usa seja tão “simplificada” e, às vezes, até cifrada? Mesmo que o professor evite esse tipo de linguagem, ele parece tornar-se seu avalista apenas por fazer parte do grupo. Ao mesmo tempo, o professor defronta-se com outro dilema: tem ele o direito de cobrar de seus alunos o uso da norma culta num espaço criado, principalmente por eles, exatamente para agilizar a comunicação e que, com isso, é, em sua essência, um espaço de contestação às linguagens burocráticas e cheia de regras, às vezes até autoritárias, da qual a escola é a sua principal defensora?

A oralidade presente nas comunicações de rede sociais é, antes de tudo, subversiva. Ela coloca em questionamento, inclusive, a própria escola. O professor adere ou não a essa subversão? Levy (2001, p. 84) nos chama a atenção para o poder avassalador da língua oral na disputa com a escrita. Conforme explica este autor, a persistência da oralidade primária (aquela presente nas sociedades sem escrita) não se deve tanto ao fato de que ainda falemos, “mas à forma pela qual as representações e as maneiras de ser continuam a transmitir-se independentemente dos circuitos da escrita e dos meios de comunicação eletrônicos”.

Em sua argumentação em defesa da importância da língua oral, Levy (2001, p. 85) ressalta que a maior parte dos conhecimentos na contemporaneidade - aqueles dos quais servimos em nossa vida cotidiana - nos foram transmitidos oralmente, e a maior parte sob a forma de narrativas, histórias de pessoas, de famílias ou de empresas. “Dominamos a maior parte de nossas habilidades observando, imitando, fazendo, e não estudando teorias

da escola ou princípios nos livros”. A compreensão de textos escritos, ao longo da história humana, segundo Levy, somente tem sido possível graças à linguagem oral.

Além disso, a oralidade sobreviveu paradoxalmente enquanto mídia da escrita. Antes da Renascença, os textos religiosos, filosóficos ou jurídicos eram quase que obrigatoriamente acompanhados de comentários e de interpretações orais, sob a pena de não serem compreendidos. A transmissão do texto era indissociável de uma cadeia ininterrupta de relações diretas, pessoais. Alguns aspectos da oralidade sobreviveram nos próprios textos. Platão, Galileu e Hume compuseram diálogos. São Tomás organizou em suma teológica sob forma de perguntas, respostas e objeções, estilizando assim as discussões orais dos universitários de seu tempo (LEVY, 2001, p. 85).

A vitória da língua oral sobre a escrita, segundo acrescenta Levy, pode ser observada inclusive nos textos literários mais contemporâneos.

Finalmente, a literatura, pela qual a oralidade primária desapareceu, hoje tem talvez como vocação paradoxal e de reencontrar a força ativa e a magia da palavra, essa eficiência que ela possuía quando as palavras ainda não eram pequenas etiquetas vazias sobre as coisas ou ideias, mas sim poderes ligados à tal presença viva, tal sopro...A literatura, tarefa de reinstituição da linguagem para além de seus usos prosaicos, trabalho da voz sob o texto, origem da palavra, de um grandioso falar desaparecido e no entanto sempre presente quando os verbos surgem, brilham repentinamente como acontecimentos do mundo, emitidos por alguma potência imemorial e anônima (LEVY, 2001, p. 85).

Linguagem dialógica, linguagem como processo de interação e repertório

O que distingue as ciências humanas das outras ciências é o fato de seu objeto de investigação ser o texto (ou o discurso). As ciências humanas focam o homem como produtor de textos: “[...] o homem não é só conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos textos ou por meio deles [...]” (BARROS, 2005a, p. 26).

Ao considerar o texto como objeto das ciências humanas, Bakhtin identifica duas concepções diferentes do princípio dialógico: a do dialogo entre

interlocutores e a do diálogo entre discursos. Esse teórico compreende que, nas ciências humanas, tanto o objeto quanto o método são dialógicos.

Na condição de objeto, o texto é artefato de significação (o texto significa), produto de uma enunciação feita em um determinado contexto sócio-histórico e dialógico, uma vez que se define pelo diálogo entre os interlocutores e, também, pelo diálogo entre outros textos. Além disso, o texto é único e não-reproduzível.

Segundo Barros (2005), para Bakhtin, as relações entre o sujeito da cognição e o sujeito cognitivo (a ser conhecido), nas ciências humanas, são relações de comunicação entre Destinator e Destinatário: “O sujeito da cognição procura *interpretar* ou compreender o outro sujeito em lugar de buscar apenas conhecer o objeto” (BARROS, 2005a, p. 28, grifo do autor). Isso porque a compreensão é uma espécie de diálogo. Por isso, ela está para a enunciação como uma réplica está para a outra no diálogo. Para Bakhtin (1978, p. 132), “Compreender, portanto, é opor uma contrapalavra à palavra do locutor”.

A concepção de linguagem de Bakhtin é dialógica, o que reflete o entendimento de que o ser humano é definido pela alteridade e depende do outro para sua concepção, uma vez que é impossível pensar no homem sem ter em consideração as relações que o ligam ao outro. Para Bakhtin citado por Barros (2005a, p. 28), “a vida é dialógica por natureza”.

Conforme já indicado anteriormente, Barros (2005b) informa que os escritos de Bakhtin apresentam duas noções de dialogismo: dialogismo entre interlocutores e dialogismo entre discursos. No primeiro caso, que nos interessa aqui, admite-se que

É na interação entre interlocutores que reside o princípio fundador da linguagem. [...] O sentido do texto e a significação das palavras

dependem da relação entre sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos; a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto (BAKHTIN, *apud* BARROS, 2005b, p. 30-31).

Em face disso, o discurso não é individual: ele se constrói entre, pelo menos, dois interlocutores, por sua vez, seres sociais. Não é individual também por causa de suas relações com outros discursos. Enfim, a linguagem é, por constituição, dialógica. Barros distingue **dialogismo e polifonia, usados, algumas vezes, como sinônimos**. Segundo essa autora, o primeiro termo refere-se ao "**princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso**" (2005b, p. 35), e o segundo é empregado para "caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o **dialogismo se deixa ver**, aquele em que são percebidas muitas vozes [...]" (2005b, p.35).

Nos textos polifônicos, são percebidas muitas vozes, o que faz oposição aos textos monofônicos, que dissimulam os diálogos que os constituem. O diálogo é condição da linguagem e do discurso. No entanto, há textos monofônicos e polifônicos, em harmonia com as estratégias discursivas empregadas.

Enfim, os textos polifônicos são aqueles nos quais os diálogos entre discursos ficam patentes. Nos textos monofônicos, ao contrário, esses diálogos não se deixam perceber: estão ocultos sob a configuração de discurso único, de uma voz que ecoa isoladamente. Logo, não é difícil perceber que monofonia e polifonia são efeitos de sentido, resultantes de procedimentos discursivos.

Mas o que se compreende por repertório? De acordo com Paulo Freire (1987), repertório é o conjunto das experiências que o aprendiz traz para escola, resultado das vivências cotidianas em um contexto sócio-histórico específico,

para dialogar com o conhecimento sistematizado com o qual entrará em contato na instituição escolar. O repertório identifica o sujeito: é sua visão de mundo. Não é um simples discurso, mas envolve “[...] rotinas, instrumentos, maneiras de fazer, gestos, signos, símbolos, ações ou conceitos que o aluno, como sujeito social, vem produzindo ou adotando no curso de sua existência e que passam a ser parte de sua prática”. (WENGER, 2006, s/p). Sendo assim, o repertório do aluno é mais que um discurso. Envolve, além de palavras, o não-dito, e é mais que um pano de fundo para a construção do conhecimento. Talvez se possa dizer que ele, o repertório, seja uma espécie de chão do qual nasce o novo conhecimento, auxiliado pela percepção que o autor dos textos possui dos alunos virtuais a partir de conhecimentos preliminares, tais como a consciência da realidade educacional brasileira, os problemas enfrentados pelo ensino público e o perfil do aluno que ele elabora por meio dos fóruns e chats.

Não se pode afirmar a ocorrência de uma relação cem por cento do conteúdo apresentado pelo professor e o repertório do aluno. Entretanto, pode-se arriscar a possibilidade de que ocorram pontos de contato, a partir dos quais dar-se-á o primeiro passo na construção do conhecimento pelo aluno, cuja expansão dependerá, apenas, de seu empenho individual e da habilidade de contrapor sua palavra à palavra do autor, o que resultará do exercício contínuo da autoaprendizagem.

Aluno Virtual

A compreensão acerca da virtualidade não é propriamente uma criação da modernidade tardia: filósofos clássicos como Aristóteles e Heráclito já debatiam sobre o assunto no século VI a.C., quando elaboravam os conceitos

de movimento e virtual. Desde então, o conceito de virtual explica a mutação do espaço e do tempo, aspectos fundamentais às atividades humanas.

Segundo Lévy (1997), a palavra virtual vem do latim *virtualis*, derivado, por sua vez, de *virtus*, força, potência. Na filosofia aristotélica, o virtual é aquilo que existe em potência e não em ato. Uma das características do virtual é ter a condição de atualizar-se, prescindindo da concretização efetiva ou formal. Lévy assenta sua base do conceito de virtual enfatizando, particularmente, as alterações por ele produzidas nas concepções de espaço (desterritorialização) e de tempo (desprendimento do aqui e agora). Dessa forma, ele defende que o virtual usa novos espaços e novas velocidades, problematizando e reinventando o mundo.

O conceito de virtual como potência e não como ato aproxima-se do conceito de narratário, outro elemento da teoria da narrativa. Assim como ocorre com o conceito de narrador, o de narratário exige a distinção relativamente ao leitor real da narrativa: o narratário é uma entidade fictícia, um ser de papel, cuja existência é puramente textual. Ele depende diretamente de outro ser de papel: o narrador, que se dirige a ele de forma expressa ou tácita. Mesmo que, para alguns autores, o conceito de narratário não se refira ao leitor ideal, nem ao leitor virtual, Umberto Eco (1986, p. 37) defende que “um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa.”

Por essa razão, aproximamos nosso conceito de aluno virtual da compreensão de narratário: como se trata de educação a distância, cujos alunos, em suas potencialidades, não são conhecidos pelos professores, estes, ao elaborar os cadernos de conteúdos, imaginam um destinatário para eles.

Esse destinatário, condição imprescindível da comunicação e da significação do texto, como o narratário, é uma entidade fictícia, um ser de papel, com o qual o professor fictício entraria em contato expresso, como facilitador da compreensão do texto apresentado por meio do despertar das potencialidades de compreensão do aluno virtual, aqui compreendidas como repertório.

Enfim

Se o poeta modernista Oswald de Andrade estivesse vivo hoje, é provável que, além de aplaudir esta constatação feita por Levy, ele próprio, inspirado na linguagem das redes sociais, já estivesse fazendo os seus micropoemas mais micro ainda e, quem sabe, até criando o nanopoema, com *emoticons* e tudo. Como bem observa Belchior na canção *Como nossos pais*, imortalizada na voz de Elis Regina, “o novo sempre vem”. E ele está aí, e não há nada que se possa fazer para impedi-lo. Nesta mesma genial canção, Belchior também afirma: “viver é melhor que sonhar...”. É sobre isso que devemos falar aos nossos alunos, para que eles continuem sonhando, sim, mas que vivam também.

E assim, à medida que formos ocupando o nosso lugar na Internet, ela deixará de ser uma terra de ninguém e se tornará uma terra virtual de todos nós, também.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BAKHTIN, Mikhail (Volochninov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. B179 2a ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005b, 368 p. 25-36

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A comunicação humana. In: FIORIN, J.L. **Introdução à linguística**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

ECO, U. **Lector in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GERALDI, João Wanderley. **A leitura na sala de aula: as muitas faces de um leitor**. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_05_p079-084_c.pdf, acesso em 23 dez. 2008.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual**. São Paulo: Editora 34, 1997.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2001.

REIS, Carlos; LOPES, Maria Cristina M. **Dicionário de Narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

WENGER, Etienne. **Communities of practice a brief introduction**. June, 2006. Disponível em: <http://www.ewenger.com/theory/index.htm>

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.